

O ESTADO DA EDUCAÇÃO NUM ESTADO INTERVENCIONADO

PORTUGAL 2014

OP.Edu

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DE FORMAÇÃO

CES . UC . CeIED . ULHT

www.op-edu.eu

JULHO 2014

Autores:

Ana Benavente
Graça Aníbal
Jorge Martins
Lucília Salgado
Manuela Jacinto
M. Clara Lino
M.Teresa Macara
Nuno Fraga
Paulo Peixoto
Rogério Manita
Rosa Nogueira
Sandra Queiroz
Vasco Graça

O ESTADO DA EDUCAÇÃO NUM ESTADO INTERVENCIONADO PORTUGAL 2014

INTRODUÇÃO

Pouco mais de 3 anos passaram desde 6 de Abril de 2011, data do pedido de ajuda externa solicitado pelo Governo português. A realidade mudou e a “fibra” do País foi atingida, inexoravelmente, nas suas mais diferentes dimensões de desenvolvimento humano, social e económico.

Como consequência do pedido de ajuda, Portugal ficou com o estatuto de “intervencionado” e perdeu a sua soberania política para os grandes credores financeiros (BCE, UE e FMI), iniciando-se um verdadeiro “*tsunami*” sobre o Estado Social, incluindo a Educação.

Ficámos, em 2014, com um país mais desigual e mais empobrecido. Senão, vejamos:

Portugal é hoje um país mais frágil, e se os cortes de cerca de 7,4% nas prestações sociais o colocam mais longe da média europeia, a Educação não escapa, obviamente, a essa fragilidade, até porque está (nas palavras do atual primeiro ministro) menos “blindada” pela Constituição da República Portuguesa do que a Saúde, estando, por isso mesmo, muito mais ameaçada. O orçamento da Educação passou de 1,4% do PIB em 1972, para 4,6% em 1995, até atingir 5,7% em 1998 (OCDE, Education at a glance, 2001). Atualmente, as despesas com a Educação em Portugal rondam os 3,8%, tornando-se o valor mais baixo de toda a União Europeia. No OE 2014 está consagrado um corte de mais 8% e, em 2015, anuncia-se um corte de mais 111 milhões de euros para os ensinos básico e secundário, excluindo o ensino superior e a ciência. No entanto, nada indica que haverá alguma diminuição nos 184 milhões atribuídos, em 2014, ao ensino privado.

No chamado Relatório do FMI de 2013, escrito por diversos técnicos e responsáveis portugueses, a Educação é designada de Custo, quando devia ser um Investimento na qualificação das pessoas, significando, conseqüentemente, um investimento na qualificação da própria sociedade e do seu futuro. Este documento aborda os seguintes temas:

- 1. A Situação em 2014**
- 2. Da Escola aos mega-agrupamentos**
- 3. (Des)caminhos curriculares**
- 4. Professores: o regresso ao passado**
- 5. A pobreza no país e na Escola**
- 6. Ensino Superior no sufoco da austeridade**
- 7. Educação de Adultos: que oportunidades?**
- 8. Que futuro?**

1. A SITUAÇÃO EM 2014

Analisando a situação atual em Portugal, podemos afirmar que existe, desde 2011, uma mudança do projeto de sociedade com base em opções ideológicas, não tendo sido a Educação poupada a essas mudanças. Assistimos a um ataque à Escola Pública, que configura uma profunda alteração do sistema de ensino português. A pretexto da crise que se verifica no País e na própria Europa, os governantes, com as suas políticas, e com o apoio de alguns media, defendem junto da opinião pública, o ensino privado como alternativa à escola pública e não apenas como complementar, o que sempre foi a nossa realidade, tanto antes da democracia, no tempo do Estado Novo, como depois de 1974.

No Estado Novo, o sistema de ensino estruturava-se precocemente (aos 10 anos de idade) em duas fileiras: uma para a formação de elites (o liceu) e outra para a formação do “capital humano” (escolas técnicas). Com a Revolução de Abril de 1974, estas vias foram extintas, tendo-se alargado a escolaridade obrigatória até aos 15 anos e instituído diversas medidas contra a exclusão e pela construção da Educação para Todos (EPT).

Atualmente, muitas das conquistas de Abril e da Democracia estão comprometidas, com base no projeto de sociedade da elite que, de momento, sustenta o poder: desenvolvimento do ensino privado, sistema “dual”, seleção e competição como filosofias dominantes, desinvestimento na Educação para Todos, aumento das desigualdades entre crianças, jovens, professores e escolas. Esta destruição do setor educativo do Estado, para além de pretender facilitar o embaratecimento desqualificante do ensino público tem, também, como objetivo a criação de “nichos de negócio” na administração da Educação. O Programa do Governo PSD/CDS-PP prometia *“o acesso ao conhecimento e a experiências exteriores, em particular contratualizando com parceiros da sociedade civil”* o que tem vindo a ser concretizado com o recurso a dispendiosas “consultorias” e “outsourcings”, perspetivando acentuar-se com a antevista autonomização do Ministério em relação às Escolas. O perigo está em autonomizar a escassez, criando escolas ricas em comunidades mais ricas e dinâmicas e escolas pobres em comunidades mais vulneráveis e com menos recursos.

O que está hoje a ser construído traduz a aplicação dos princípios neoliberais em que a concorrência, a avaliação, a regulação pelo jogo entre a oferta e a procura e a competitividade são sacralizadas, em que o mercado e a iniciativa privada (agora batizada de empreendedorismo) são mobilizados para que conceitos como “rede nacional” ou mesmo “serviço público” se sobreponham ao de “rede pública de estabelecimentos de Educação e ensino” constitucionalmente consagrado.

Trata-se, efetivamente, da descentralização de um modelo de negócio educativo em que o Estado se liberta de uma parte (a mais pretendida pelos privados) das escolas públicas. Algumas das medidas que têm sido adotadas no âmbito da organização e gestão das escolas convergem para este objetivo.

A junção dos dois anteriores departamentos do Estado responsáveis pela Educação e Ciência acelerou a estratégia para desorganizar e anquilosar o aparelho estatal. Acentuaram-se os processos de centralização e burocratização e a nova Lei Orgânica do MEC, incluindo a extinção das Direções Regionais de Educação, na forma como se concretizou constitui, também, um passo relevante neste processo.

Num País que possui uma taxa de desemprego elevadíssima e de longa duração, numa sociedade em que muitas crianças e jovens têm ambos os pais desempregados, num território social em que as más condições de vida e a desesperança com que as famílias encaram o quotidiano é uma realidade, seria impossível não haver crise na Educação e na Escola. Contudo, a crise económica e financeira que sujeitou o País à condição de refém das agências internacionais (FMI, BCE e UE) está a servir de pretexto para a concretização de medidas que comprometem a Escola Pública. Repetindo que a despesa em Educação é, hoje, a mais baixa da União Europeia, enumeremos algumas medidas implementadas dos últimos três anos que explicam esse abaixamento:

- Aumento do número de alunos por turma.
- Retorno à seleção precoce dos alunos, através de exames nacionais implementados em todos os graus de ensino, com o intuito de “encaminhar” para a via profissional alunos com resultados inferiores, numa lógica de seleção social e de degradação do estatuto e importância da formação profissional.
- Aumento das horas de trabalho dos docentes.
- Dispensa de milhares de professores (com o desaparecimento das áreas curriculares não disciplinares e com o apoio escolar aos alunos) o que conduziu a um aumento de 151% do número de professores desempregados (considerando os valores de 2011).
- Criação sistemática de uma gestão dos mega-agrupamentos com uma gestão ao estilo privado, com evidente reforço do poder dos diretores com o regresso ao modelo unipessoal e tradicional do passado.
- Promoção da concorrência economicista entre escolas, com base nos exames nacionais, traduzidos em rankings que se concretizam em apoios às escolas melhor classificadas e em penalizações às piores classificadas.
- Dar maior ênfase à dimensão curricular nas disciplinas de carácter mais instrumental, ou seja, o português e a matemática, com menorização da formação global do aluno.
- Extinção de áreas disciplinares não curriculares (Estudo Acompanhado e Área de Projeto) que preparam para a vida e não apenas para exames a curto prazo.
- Menorização de Unidades Curriculares, tais como o Desporto/Educação Física, a Educação Artística, a Educação Cívica, a Educação para a Saúde, a Educação Ambiental, imprescindíveis nos dias de hoje.

- Implementação de exames nacionais em todos os graus de ensino, de modo a que os alunos com resultados inferiores sejam enviados para a segunda via, selecionando desde cedo eleitos (estudos longos) e excluídos (formação profissional). Retoma-se uma categoria social ultrapassada em que se desvalorizam as formações profissionais.
- Tornar inexistente, no presente sistema educativo, uma linha de integração de crianças e de jovens com necessidades educativas especiais, questão incontornável no que toca aos avanços civilizacionais maiores.

Um dos argumentos que justifica o ataque à Escola Pública evoca um falso pretexto, o do insucesso do sistema. Ora, é importante assinalar que o estudo do *Programme for International Student Assessment* (PISA), no que concerne à Escola Pública, vem demonstrando uma melhoria dos conhecimentos dos alunos portugueses em leitura, matemática e ciências, situando-se, atualmente, Portugal na média dos países participantes no programa da OCDE.

No *Trends in International Mathematics and Science Study* (TIMSS) os resultados de 2011 indicam que os alunos do 4º ano obtiveram em Ciências 53 pontos, sendo a média internacional de 48, ultrapassando a Bélgica ou a Noruega. Em Matemática atingiram 59 pontos numa média internacional de 50, à frente da Áustria, da Dinamarca, da Alemanha, da Irlanda, da Itália, da Noruega, da Espanha e da Suécia. Dos 50 países que participaram neste estudo, Portugal ficou, respetivamente, em 15º e em 19º lugar. Temos, assim, um padrão de crescimento, desde os anos 90 superior ao da média da OCDE, ao contrário do que anunciam os responsáveis governamentais.

2. DA ESCOLA AOS MEGA-AGRUPAMENTOS

Os mega-agrupamentos representam a perversão absoluta do projeto originário dos agrupamentos escolares que visava articular os Ciclos de Ensino (1º, 2º, 3º e secundário) em cada espaço geográfico próximo, de modo a ultrapassar ruturas vividas pelos alunos em formação. Pretendia-se, também, requalificar a Escola Pública conferindo-lhe condições organizacionais adequadas a uma vivência pedagógica, participada e democrática articulando ciclos que viviam, até então, completamente separados.

Hoje, a criação de mega-agrupamentos de Escolas constitui-se como um aspeto essencial para a desqualificação do ensino público. A criação dos mega-agrupamentos verticais, alguns dos quais com mais de 4.000 alunos e integrando escolas em espaços geográficos distantes, tem contribuído para a descoordenação pedagógica, para a desumanização do clima escolar (hoje, as secretarias podem ficar a quilómetros das escolas, numa sede de agrupamento e diversas competências são para aí transferidas), desenraizando as dinâmicas escolares dos seus contextos.

Assiste-se ao brutal aumento dos procedimentos burocráticos, ao privilegiar as lógicas administrativas em vez das educacionais, à complexificação de hierarquias e redes organizacionais, à hiper-regulamentação e sobreocupação do quotidiano de quem vive a Escola. Cria-se, assim, a convicção geral de que a direção de tão emaranhada realidade só pode ser assumida por profissionais muito especializados e experientes, o que deu origem à criação do cargo de Diretor “unipessoal” e, nalguns casos, à sua partidarização. Os órgãos da Escola, do Conselho Geral ao Conselho Pedagógico e aos grupos disciplinares perderam relevância na elaboração das decisões sobre a vida escolar. Hoje, com algumas exceções, o exercício democrático da participação e da decisão deixou de existir no interior da organização escolar e é pautada, centralmente, pelos exames que obrigam a períodos escolares mais curtos e têm influência directa sobre as pedagogias praticadas.

3. (DES)CAMINHOS CURRICULARES

A última reforma curricular do atual governo, caracterizada pelo Conselho Nacional de Educação como um *“primado de alterações pontuais sobre as alterações sistematizadas”* (CNE, 2010) e determinada por uma *“racionalidade orçamentária”* (CNE, 2010), consistiu em mudanças nas disciplinas, nos conteúdos programáticos e nos recursos curriculares, acompanhadas de alterações estruturais. Foi consignada no Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho e num conjunto de despachos regulamentares, em cuja declaração de intenções as medidas adotadas passariam, essencialmente, por *“um aumento da autonomia das escolas na gestão do currículo, por uma maior liberdade de escolha das ofertas formativas, pela atualização da estrutura do currículo, nomeadamente através da redução da dispersão curricular, e por um acompanhamento mais eficaz dos alunos, através de uma melhoria da avaliação e da deteção atempada de dificuldades”*. Contudo, as medidas adotadas vão ao arrepio da retórica discursiva introdutória.

Assim, as mudanças curriculares sobrevalorizam um núcleo duro de disciplinas (o reforço da aprendizagem do Português e da Matemática, aumentando o número total de horas em cada uma dessas disciplinas ao longo dos três ciclos do ensino básico). Também a atribuição de cargas horárias semanais para o 1º Ciclo, nas áreas (agora denominadas disciplinas) de Português, Matemática e Estudo do Meio, configura uma realidade curricular mais uniformizadora e normativa.

Na perspetiva de formação integral básica e obrigatória de todos as crianças e jovens, desvalorizam-se as áreas das expressões e da formação cívica (casos de EVT, Formação Cívica e Educação Física) e suprime-se a Área de Projeto no 2.º e 3.º Ciclos. A educação para a cidadania transforma-se em *“área transversal (...) passível de ser abordada em todas as áreas curriculares, mas possibilitando às escolas a decisão da sua oferta nos termos da sua materialização disciplinar autónoma”* em 1h/semana. O ajustamento da carga horária do Estudo Acompanhado *“orientado para a criação de métodos de estudo e trabalho que promovam a autonomia da aprendizagem e a melhoria dos resultados escolares”*, é limitado aos *“alunos que tenham maiores dificuldades”* e, portanto, transformado em fator de remediação para alguns e não de antecipação e formação plena

para todos. A efetivação de todas estas áreas está, na prática, condicionada pela drástica redução do corpo docente e acautelada, apenas retoricamente, no diploma legal através das expressões “*de acordo com os recursos disponíveis*”. A retórica pedagógica do decreto é, assim, reorientada pela vida real e fica confirmada a sua não autonomização como oferta obrigatória, dando a estas componentes um carácter subsidiário e aleatório.

Prevendo “*fomentar, no 1.º Ciclo, a colaboração nas áreas das expressões de professores de outros ciclos do mesmo Agrupamento de Escolas que pertençam aos grupos de recrutamento destas áreas*” (...), verifica-se, pela suspensão de lugares destes professores nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, a colocação de alguns destes por concurso no 1º Ciclo, como professor titular de turma, ao invés de coadjuvante na área das expressões, com todos os problemas resultantes da sua “reciclagem” não prevista e desapojada.

No decorrer da intervenção deste governo, outras mudanças foram implementadas, nomeadamente a revogação do currículo explícito por competências, substituído por uma semântica que privilegia os conceitos de “*conhecimentos e capacidades a adquirir*” ou o “*desenvolvimento de capacidades essenciais para cada ciclo e nível de ensino*”. O Programa de Matemática do Ensino Básico é substituído por um outro, sem respeito pelo tempo regulamentar de experimentação e avaliação, e contrariando o investimento feito na formação de professores para a implementação do anterior.

Também a cessação da formação contínua de professores, no âmbito do plano da Matemática e do Português, interrompe um processo de grande investimento que fez mais pela inovação das práticas pedagógicas que os modelos recentes de avaliação de professores.

Como alterações estruturais na organização curricular, aponta-se a criação temporária de grupos de homogeneidade relativa em disciplinas estruturantes, atendendo aos recursos da escola e à pertinência das situações. Ainda não se entende o que tal poderá significar, visto que a homogeneidade é uma (perigosa) ficção. A diminuição drástica do número de professores e o aumento do número de alunos por turma prejudicam fortemente o desenvolvimento de atividades diferenciadas, criando uma pressão para a conformidade e para o ensino expositivo tradicional. Há muitos professores que, pela diminuição das horas das suas disciplinas, vão de escola em escola dispersando-se entre mais de 13 turmas.

Face ao insucesso decorrente, sob a capa da reorientação de alunos com insucesso escolar e/ou problemas de integração na comunidade educativa, através do Ensino Vocacional, estamos perante a reorientação/afastamento, para vias profissionalizantes, sob regulação das escolas, dos alunos que não se integram na normalidade escolar, numa escola em que a diferenciação curricular e vocacional não deve ser precocemente imposta, mas que, pelo contrário, deve lutar por uma formação básica igualitária e emancipatória para todos até ao 15 anos.

Por fim, são reintroduzidos os exames no sistema de avaliação. A partir de 2012/2013, os alunos do 4.º ano realizam exames nacionais que contam 25% e depois 30% para a sua avaliação final; no 6.º ano são introduzidas provas finais e, no 9º ano, exames nacionais, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Afinal, ignorando os avanços das

Ciências Sociais e Humanas e o crescente papel da avaliação contínua e aferida, o Ministério opta por uma avaliação sumativa revigorada – *“interna, da responsabilidade dos professores e dos órgãos de gestão e administração dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas; (...) externa, da responsabilidade dos serviços ou entidades do Ministério da Educação e Ciência designados para o efeito”*, consubstanciada em provas intermédias, provas finais e exames nacionais – e precoce (desde o 1º ano), classificatória e seletiva.

Esta avaliação tem como referente novas metas designadas de curriculares, centradas nos conteúdos e nos resultados, não respeitando os ritmos de aprendizagem e não centradas nos processos de aprendizagem e no desenvolvimento de competências. Reforça-se a padronização obtida pela relação entre currículo e avaliação de desempenho, constituindo-se um modelo empresarial de gestão da educação.

A meritocracia – e não a Escola para Todos – mas apenas para os que a merecem, revela-se numa escolaridade posta ao serviço do mercado de trabalho, desvalorizando a formação integral das pessoas – crianças e jovens. É, muitas décadas depois, a afirmação despudorada da escola da reprodução social, traduzindo as desigualdades sociais em “mérito” individual.

As mudanças drásticas trazidas à Educação não consistem efetivamente numa revisão mas numa mudança de curso em função de um entendimento diverso, seletivo e elitista do “para que serve” a educação no presente e no futuro da sociedade portuguesa.

4. PROFESSORES: O REGRESSO AO PASSADO

Os professores perderam cerca de 30 mil postos de trabalho, tendo aumentado no ano passado em 26,4% as inscrições no IEFP (2.ª profissão com maior nível de desemprego). Em 2011 tinha já havido um aumento de 120% face a 2010 e de 225% face a 2009.

Este facto deve-se ao aumento do número de alunos por turma, a um empobrecimento das disciplinas, cada vez mais reduzidas ao núcleo das que conhecíamos no passado, embora os agentes económicos afirmem que precisam de formações de banda larga para que os jovens cheguem ao mercado e se possam adaptar a um mundo em constante mudança. Ao contrário da propaganda governamental, a diminuição do número de docentes, neste mandato, não se prende de modo algum com a quebra de natalidade, pois o efeito desta não é imediato, mas sim, com as opções curriculares e profissionais que referimos.

Como a maioria dos seus concidadãos, os professores vêem os seus vencimentos diminuídos, as suas horas de trabalho aumentadas e a sua profissão denegrida. Para completarem as suas horas de trabalho, chegam a ter mais de 9 turmas diferentes e passam de escola em escola (que podem distar de vários quilómetros) num mesmo megagrupo. As condições de trabalho pioraram, a precariedade chegou à profissão.

Acresce que o regresso aos exames em todos os finais de ciclo - pretendendo-se que esta prática é mais rigorosa e calando que apenas mecaniza alunos para testes - revela a

desconfiança em relação ao trabalho docente e obriga os professores a orientarem o seu trabalho de acordo com estas imposições uniformes. As escolas atingem bons resultados, sobem nos *rankings*, vide privadas com melhores notas para entrada no Superior, mas esses alunos não demonstraram maiores capacidades que os das públicas, como mostra o estudo¹ da Universidade do Porto.

As previsões da DG de Estatísticas da Educação e Ciência “traçam um cenário onde as escolas vão ficando cada vez mais vazias: entre 2011/2012 e 2017/2018 deverão perder 40 mil alunos desde o 1.º ciclo até ao secundário”. Todavia, não é dito que estes números são, sobretudo, o reflexo das políticas que levaram ao desemprego (40% nos mais jovens) e à emigração (destes e de suas famílias), sendo curioso que se constate o desaparecimento de cerca de 100 mil alunos do ensino de 2.ª oportunidade, recorrente e noturno, de quem ninguém faz referência.

O Eurostat mostra que a média na UE em 2012 é de 36% de diplomados no Superior (30-34 anos), quando em Portugal é de 27,2%, situando-nos em 20.º lugar em 27 países (em 2005 era de 15,5%). A média europeia de abandono escolar era de 13% enquanto em Portugal é de 20,8% (uma das mais altas taxas, sabendo-se que em 2005 era de 38,8%).

O país é privado desse investimento estratégico e único nas pessoas.

Além disso, a confusão reina nas escolas, alteram-se metas curriculares, perdem-se apoios educativos, e coloca-se em causa a ‘Escola para Todos’.

Impossibilita-se ou dificulta-se a inclusão da diferença, podendo-se constatar as falhas que se verificam na integração de alunos com NEE, configurando uma inclusão excludente, isto é, estar na turma só por estar, sem desenvolvimento nem aprendizagens.

Os funcionários não docentes são cada vez menos e os alunos estão cada vez menos acompanhados fora das aulas. Há, inclusive, professores a fazer trabalho de auxiliares, limpando materiais e equipamentos vários.

A autonomia, que tanto apregoam, determina que cada turma que se constitua numa escola tenha que ser aprovada centralmente no ME, o que não se compreende, a não ser que se pretenda favorecer algum colégio privado próximo.

Se a profissão de professor foi frequentemente desvalorizada, temos agora uma fase da nossa história em que, mais do que desvalorizada, é minorizada. Perdeu o estatuto de corpo especial da função pública e tem hoje 40h semanais de trabalho, sem que se tenha em conta, de modo algum, a natureza específica do seu trabalho. A burocracia, como já foi dito, invadiu os dias e as horas em detrimento do trabalho em equipa, da inovação e do tempo com os alunos. O controlo administrativo e a recentralização gestonária atingiram proporções inusitadas através da imposição de múltiplas plataformas informáticas sem rosto que infernizam a vida no interior das escolas e, neste contexto, é escusado falar de autoridade dos mais velhos e do respeito dos mais novos pelos profissionais que com eles trabalham.

¹http://jpn.c2com.up.pt/2013/01/18/estudo_os_melhores_alunos_da_up_provem_de_escolas_publicas.html

5. A POBREZA NO PAÍS E NAS ESCOLAS

Desde 2011, a maioria dos cidadãos portugueses está cada vez mais empobrecida, financeira e socialmente, e defraudada nos seus direitos: direito ao emprego, à educação condigna dos filhos e, em muitos casos, ao próprio sustento das suas famílias.

O *Report Card 10*, produzido pelo Gabinete de Investigação da UNICEF, debruça-se sobre a pobreza e privação infantis no mundo industrializado, comparando e alinhando os países de acordo com o seu desempenho, em que se declara que os dados disponíveis provam que um número demasiado elevado de crianças continua a não ter acesso a ben variáveis de base em países que têm meios para os proporcionar. Neste quadro, a Roménia e a Bulgária são os países que apresentam as taxas de privação mais elevadas (70% e 50% respetivamente) seguidos por Portugal com uma taxa de 27%; “...*não proteger as crianças dos efeitos da crise económica e financeira nos dias de hoje é um dos erros mais caros que uma sociedade pode cometer*” (UNICEF, 2012).

Em 2014, o fosso entre pobres e ricos acentuou-se e é o maior no conjunto dos países da União Europeia.

Esta crise e o modo de a gerir em detrimento dos mais frágeis económica e socialmente, com o seu cortejo de problemas - desemprego, perda da habitação, carências materiais, falta de condições para o uso da água, luz e gás - configura reais problemas de saúde pública e afecta fortemente as crianças.

Dados de 2014 apontam que cerca de um terço das crianças se encontra em situação de pobreza, pois são o grupo geracional mais afetado. Esta é uma realidade gravíssima pois não falamos apenas das faltas materiais mas, ainda, das dificuldades de aprendizagem. Tudo lhes falta: alimentação, apoio, bem-estar, condições para aprender e para obter bons resultados. O insucesso e o abandono escolares estão, fatalmente, ligados a estas terríveis realidades. As escolas fazem o que podem: cantinas abertas nas férias, ações junto dos organismos caritativos, contudo, o problema ultrapassa os apoios pontuais e tem um efeito bem mais gravoso, pois muitas destas consequências na escolaridade das crianças e dos jovens são irrecuperáveis. Também os maus tratos físicos e a negligência com crianças estão a aumentar com as dificuldades das famílias que não conseguem assegurar as necessidades básicas, tais como alimentação, vestuário e uma casa digna (Sociedade Portuguesa de Pediatria, 2014).

Os dados são dispersos, têm lógicas distintas e a síntese é difícil, no entanto, alguns deles, a título de exemplo, ilustram a situação atual.

Em 2014, mais de 50 mil crianças e jovens perderam o direito ao abono de família num único mês (Dez 2013/Jan.2014), segundo dados do Instituto da Segurança Social.

Em Portugal, o maior problema de privação das famílias é ao nível financeiro (43,3% na alimentação e bens essenciais), seguindo-se os tempos livres (29,4% na ausência de atividades culturais e ou desportivas), o domínio social (26,4% no enquadramento, conforto – há muitas crianças a viverem sozinhas com irmãos pouco mais velhos) e a Educação (25,8%).

Já em 2011 se manifestava esta privação, em que cerca de 40% dos alunos dos ensinos básico e secundário beneficiaram da ação social escolar, tendo mais de metade destes alunos recebido o apoio máximo, ou seja, refeições, livros e material escolar inteiramente pagos (*Relatório CNE, 2011*), números que todos os anos têm aumentado.

Uma palavra final para as crianças e jovens com necessidades educativas especiais. Entre Dezembro de 2013 e Dezembro de 2014, 38% das crianças nesta situação perderam apoios (dados da Segurança Social). Em 2014, a verba definida no Orçamento do Ministério da Educação para a educação especial sofreu um corte de 6,6%, o que se traduz em menos 17 milhões de euros num ano.

Sendo as crianças e os jovens quem tem menos poder de se fazer ouvir e de protestar publicamente, estamos perante um drama silencioso que TODOS devem denunciar, pois resulta da receita imposta pela *Troika* e alegremente aplicada pelo governo PSD/CDS-PP.

Contra os direitos básicos das pessoas, contra as Convenções Internacionais, contra nós.

6. ENSINO SUPERIOR: NO SUFOCO DA AUSTERIDADE

Quando o atual governo assumiu a opção de juntar num mesmo Ministério a Educação e o Ensino Superior a opção parecia boa. Há, em Portugal, a clara necessidade de promover uma maior integração entre níveis de ensino, designadamente entre o nível de ensino superior e aqueles que o precedem. É, também, fundamental promover e consolidar o ensino superior enquanto sequência natural e incontornável de uma formação sólida e qualificante, num país em que o atraso em relação à Europa em termos de acesso ao ensino superior é ainda muito grande. Essa opção pela junção da Educação com o Ensino Superior, todavia, viria a resultar numa profunda desilusão. Nada de relevante se passou. A não ser, claro, em matéria de cortes, sobretudo na Ciência, onde o sistema viu a sua estrutura ser irremediavelmente abalada.

A junção demonstra que o governo não tinha estratégias nem ideias para o Ensino Superior, navegando neste setor à bolina dos ares da *Troika* e das errâncias e indecisões de quem foi assumindo responsabilidades. O mesmo não se pode dizer para os níveis de ensino não superior, onde, desde o início, parecia haver uma estratégia que a presença da *Troika* veio facilitar.

No Ensino Superior, especificamente, insinuaram-se grandes reformas, das quais a mais badalada foi a reorganização da rede. Nada de relevante aconteceu. E a grande conclusão de quem governa acaba por ser a de que o país tem Ensino Superior a mais e gasta demasiado com a investigação em ciências sociais e humanas. E é todavia necessário dar razão ao atual Governo, pois com a estratégia seguida para os ensinos básicos e secundário o país tem mesmo ensino superior a mais. Do mesmo modo, há que reconhecer a honestidade da designação e da vontade assumida, já que o Ministério da Educação e Ciência nada tem de Ensino Superior.

O machado da austeridade da *Troika* pairou, é certo, sobre o ensino superior. E se o golpe não foi tão profundo nem tão vasto é só porque as instituições de Ensino Superior já vinham gerindo em austeridade bem antes da Troika ter chegado. Mas também porque o Ministério assumiu politicamente a estratégia de concentrar o seu ímpeto reformista abaixo do Ensino Superior.

Mas o impacte indireto, desde a redução dos recursos das famílias até ao enxugamento da ação social escolar, foi enorme e contundente. Estamos hoje perante a caricata, mas sintomática, situação da mobilidade e o desemprego estarem a atirar os nossos jovens para o estrangeiro, ao passo que as instituições de Ensino Superior são convidadas a olhar para o estrangeiro como fonte de atração de clientes. No país, os mais afetados pelas políticas de austeridade abandonam ou viram as costas ao Ensino Superior, que é convidado a tornar-se um oásis para os cidadãos nacionais mais favorecidos e para estudantes estrangeiros que possam pagar acima da bitola do limite máximo na propina, como demonstra o recém-publicado Estatuto do Estudante Internacional.

No sufoco da austeridade estamos com ensino superior a mais e com ideias a menos.

7. EDUCAÇÃO DE ADULTOS: QUE OPORTUNIDADES?

Portugal realizou nas últimas décadas um significativo esforço de qualificação da população adulta. Em 2000 a criação da ANEFA (Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos) teve como objectivos a realização de cursos articulados de Formação Profissional (EFA) e a construção de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, destinados a reconhecer e validar competências adquiridas ao longo da vida para efeitos escolares e/ou profissionais. Era aqui que se iniciava um percurso que culminará com a criação de um conjunto de instrumentos legislativos e a concepção de um sistema complexo que valerá a Portugal o reconhecimento internacional nesta matéria.

O reconhecimento, validação e certificação de aprendizagens realizadas em contextos não formais e informais é, atualmente, uma prioridade das políticas educativas europeias para a qualificação da população adulta considerando obsoleta a hegemonia do modelo escolar para este setor.

A introdução de práticas de validação de competências adquiridas por vias não formais e informais implica, assim, mudanças no campo dos valores e exige alterações de fundo nos sistemas de educação e formação. Essas mudanças estavam em curso em Portugal através da construção sustentada do *Sistema Nacional de Qualificação*, suportado nas orientações europeias em matéria de desenvolvimento do *Quadro Europeu de Qualificações* e no princípio, também instituído pela União Europeia, de que se pode chegar à qualificação por diferentes vias, sendo uma delas o reconhecimento e validação de aprendizagens previamente realizadas.

Portugal foi posicionado, em 2010, pelo CEDEFOP, entre os três países mais avançados da Europa na implementação de sistemas nacionais de validação de aprendizagens não formais e informais (a par da França e da Noruega). Integrava a categoria 1, dos países que

“estabeleceram práticas de validação, abarcando todos ou a maior parte dos sectores de aprendizagem e que demonstram já um nível significativo de certificações por esta via”. Valorizava-se, também, o *“carácter claramente inovador”* do Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências face ao conjunto dos países europeus (CEDEFOP, 2010). A construção de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, designados de Centros Novas Oportunidades (CNO), assentou num enquadramento teórico-prático criado em sintonia com as orientações europeias e da UNESCO em matéria de aprendizagem ao longo da vida. Chegaram a ser 430 em todo o país.

Com o argumento de “ausência de valor” dos processos RVCC para o desenvolvimento da economia nacional, a equipa dirigente do Ministério da Educação inicia, em 2011, um processo de encerramento dos Centros Novas Oportunidades, com o desemprego de muitos dos formadores especializados, e criando em substituição Centros de Qualificação e Ensino Profissional (CQEP). Em Abril de 2013 a portaria que regula a criação da nova rede nacional de CQEP define como âmbito de intervenção dos CQEP a *“informação, orientação e encaminhamento de jovens e de adultos que procurem uma formação escolar, profissional ou de dupla certificação e/ou visem uma integração qualificada no mercado de emprego”*, encaminhando jovens a partir dos 15 anos de idade, no último ano do ensino básico, para ofertas de formação.

A convicção de que só os exames confirmam aprendizagens está patente no novo processo de avaliação dos adultos que, nas novas determinações, reflete uma perspetiva paradoxal, já que conjuga instrumentos de matriz emancipatória na educação de adultos (Portfólio, história de vida) em que se baseavam os procedimentos dos CNO com uma prova/exame com incidência em conhecimentos de conteúdos, prova com peso de 60% da avaliação.

É evidente que estas medidas tendem a destruir progressivamente a construção sustentada de um sistema assente numa conceção teórico-prática de valor internacionalmente reconhecido e indiciam a apetência do atual governo para o ressurgimento do ensino recorrente nas escolas públicas e para a criação de um sistema dual de aprendizagem, a que não é alheia a alteração do nome da Agência Nacional para a Qualificação para Agência Nacional para a Qualificação e para o Ensino Profissional.

8. QUE FUTURO?

De uma escola pública com indicadores de qualidade, quer este governo PSD/CDS-PP criar uma escola para a elite e outra para a dos outros.

Voltaram os exames em todos os ciclos.

Investir em educação hoje, século XXI, deveria ser – e não é - a promoção e a colaboração de todos os atores educativos e institucionais para o seu desenvolvimento, visando um ensino diferenciado capaz de desenvolver nos alunos aprendizagens significativas e duradouras por meio do trabalho autónomo, cooperativo e mediado pela tutoria docente em torno de projetos coletivos e não a reedição de ensinar a muitos como se fora um só.

Financia-se o Ensino Privado e agravam-se as condições de trabalho com impacto na vida educativa da Escola Pública. Ora, o nível de qualificação de um povo é um bem comum com impacto na vida de cada um e na organização coletiva democrática.

Estamos a perder os jovens – e os menos jovens – mais qualificados para a emigração (mais de 200.000 emigrantes nos últimos 3 anos).

A Educação não se limita a letras e a números. Educação é saber viver juntos, compreender e agir sobre o mundo em que vivemos.

É urgente chamar a atenção para a extensão e intensidade da pobreza e dos problemas que envolvem a Educação no Portugal de hoje, com reflexos inquestionáveis no futuro, denunciando-os como um grave atentado ao desenvolvimento social, afinal, tão recentemente construído.

A democracia precisa da Escola e de um ensino superior que não seja encarado como supérfluo.

Em Portugal nunca foi superada a distância entre pobres e ricos. O Eurostat coloca-nos, quanto às desigualdades, a par da Roménia e pouco acima da Lituânia e da Letónia. Estamos a viver uma grave ameaça à liberdade, à participação cidadã, à democracia e à paz social.

Quando um governo agrava a degradação das condições de vida do povo revela que não respeita os cidadãos do seu país. Aceitar em silêncio, acreditar nos discursos, é dar-lhes a vitória, pelo medo.